

Como mulher e jornalista, a gente quer flor, chocolate e nenhum feminicídio o ano todo

O que nós mulheres jornalistas sonhamos é parar de começar o dia de trabalho tendo de noticiar feminicídios

[\(Campo Grande News, 08/03/2020 - acesse no site de origem\)](#)

Domingo, primeiro de março de 2020, o começo do mês dedicado às mulheres, transformado ao longo dos anos em época de 'gritar', pois falar já se fala todo dia, contra a violência de gênero. Chego ao **Campo Grande News**, parece ser um dia calmo, com notícias corriqueiras de fim de semana. Não era. Logo sabemos de duas mortes no Jardim Noroeste.

Mais um pouco e somos informados de se tratar de duplo homicídio, um deles feminicídio. O perpetrador? Agente da lei, que usa uniforme e arma da guarda civil municipal e está foragido.

O plantão é feminino. O assunto toma conta do dia, não apenas como tarefa profissional. Todas nós sentimos. Todas nós lamentamos. Todas comentamos, relembramos casos já noticiados, seus personagens, os aspectos comuns. Eles sempre existem. Há o sentimento de possessão, ciúmes patológico, a não aceitação de que acabou o relacionamento, o descontrole. A atitude extrema. A mulher morta.

Passam os dias, a caçada continua, e nós, jornalistas, divididas entre o acompanhamento frio que o ofício exige e o sentimento de tristeza. Na verdade, de revolta e desânimo. Isso não para. Pode ser com qualquer uma de nós.

Falamos, nas nossas conversas, de como se proteger. Sugiro que puxar a ficha dos 'crushes' na justiça é um método. Se tiver algo relacionado a comportamento agressivo, fuja. A colega rebate: mas nem sempre tem. Desalento bate. Não há muito como se precaver. A convicção, porém é de não

tolerar o primeiro movimento agressivo. Muitas não fazem isso e têm fim trágico.

Enquanto debatemos e trabalhamos, o feminicida segue por aí. Sabemos que será preso. Mas ainda não foi. Como não ? Teve ajuda, certamente.

O Dia 8 de Março se aproxima. 'Esse' cara solto é um tapa na cara dos esforços contra crimes assim.

Na sexta-feira (7), termina essa agonia pelo menos. Acuado pelas forças policiais, ele se entrega. Para mim, e acredito que para outras jornalistas, uma espécie de alívio.

Está preso, será indiciado por duas mortes, vai a julgamento e pagará pelo crime nas justiça dos homens.

Mas Maxelline está morta, aos 28 anos, recém aprovada em seleção para atuar como professora em [escola](#) pública.

Também está morta Isis, a primeira vítima de feminicídio em Mato Grosso do Sul desde a criação dessa tipificação específica, em 2015. Tinha 21 anos.

Igualmente, se foram as duas Mayaras, vítimas de casos rumorosos ocorridos em 2017.

Uma foi assassinada a tesouradas e a família ainda viu o assassino dar [entrevista](#), em meio à fuga, e tentar desqualificar a vítima chamando-a de puta. A outra foi cruelmente abatida em um motel. Musicista, teve dupla vitimização: perdeu a vida e virou alvo de espécie de campanha de linchamento moral pós-morte.

Os quatro feminicidas estão presos.

Mas, sem medo do lugar comum, não há o que celebrar. Era o mínimo.

O que nós mulheres jornalistas sonhamos é parar de começar o dia de trabalho tendo de fazer esse tipo de cobertura desgastante. Cada fato desse atinge diretamente o coração de todas. Desejamos poder, no 8 de Março, não falar de violência, não alertar sobre o machismo, presente em homens e

mulheres, que constrói relações baseadas em abusos e, de atitude em atitude, leva às pequenas violências e até a morte.

Quem dera um dia possamos aceitar as flores e os chocolates, lembrar de nossos trabalhos e da nossa sociedade como espaço de respeito às mulheres, sorrir e abraçar quem amamos. Porque, decididamente, não queremos, mais, viver o luto dos feminicídios.

Por Marta Ferreira

Bolsonaro é inimigo das mulheres, por Eleonora de Lucena

Somos uma barreira contra a sua sanha destrutiva

[\(Folha de S.Paulo, 085/03/2020 - acesse no site de origem\)](#)

O Brasil nunca teve um governo tão destrutivo. Agindo cotidianamente contra os interesses da nação, [Jair Bolsonaro](#) ataca as instituições, os direitos conquistados, a soberania, a democracia, o povo. Seus objetivos são três: implantar um regime autoritário, aniquilar o Estado e transformar o país em vassalo dos EUA. Para isso, arrocha os mais pobres, demole os sistemas de saúde, educação e Previdência, precariza o emprego e encurrala as empresas. Engatando uma marcha a ré histórica, desidrata a ciência, desmancha a cultura, destroça o ambiente, golpeia os povos indígenas, prega o ódio e o obscurantismo.

O Brasil nunca teve um governo tão inimigo das mulheres. Bolsonaro ofende, humilha, desrespeita. Em aparições repugnantes, abre um esgoto verborrágico antipopular, machista, homofóbico, misógino, das cavernas.

O [ataque a Patrícia Campos Mello](#) é contra todas nós.

Bolsonaro finge toscamente que é só o tio do pavê, mas, de fato, suas ações esmagam e esfolam. Principalmente, ao afagar os opressores, ele dá exemplo e estimula a violência. Não por acaso, [cresce o feminicídio no país](#). Seu projeto de regressão civilizatória atinge em cheio as mulheres. São elas que mais estão perdendo empregos, salários. São elas que mais sentem o desmonte do SUS, o esfacelamento das escolas, a fila do INSS, o fim dos projetos de habitação popular.

São elas que se angustiam com a violência desenfreada de hordas milicianas. O [assassinato de Marielle Franco](#) vai completar dois anos. Quem mandou matar Marielle? O crime escancarou o avanço da bandidagem miliciana que acabou chegando aos píncaros. O que Bolsonaro quer é calar e paralisar as mulheres. Ele sabe que somos uma barreira contra sua sanha destrutiva. Daí sua estratégia de ataque incessante. Nisso, ele não é original.

“No projeto da direita, que junta Bolsonaro com Orban, a mudança da condição da mulher é um dos objetivos fundamentais”, diz a italiana [Susanna Camusso](#) em entrevista ao TUTAMÉIA. Líder sindical e feminista histórica, ela afirma que, para a direita, mandar as mulheres de volta para casa é condição para sua vitória. Não por acaso, se multiplicam ações financiadas por magnatas do atraso contra leis que garantem o direito ao aborto.

(Aqui, a legislação sobre a questão, ignorando a saúde pública, é cruel, medieval. Especialmente para as mais pobres, significa terror e morte, como aponta a valente antropóloga Debora Diniz.)

Para Camusso, o movimento feminino já entendeu o plano ultraconservador e assume papel mais relevante nas lutas sociais. Por isso, a extrema direita agora quer domesticar as mulheres. Não é coincidência a louvação cafajeste à mulher [“bela, recatada e do lar”](#). É política. A mulher que luta precisa ser demonizada e freada.

Essa retórica é cuspidada nas redes num momento em que a resistência ao neofascismo instalado no Planalto ainda é frágil. A necessária frente política

não decola, e boa parte da elite, engabelada pelas promessas bisonhas de Paulo Guedes, faz de conta que Bolsonaro é manejável e que as coisas vão melhorar.

Não é verdade. Está aí o [resultado do PIB](#): fracasso produzido pelos arautos do financismo. Está aí a ameaça explícita de fechamento, com o [ato contra o Legislativo e o Judiciário](#). Bolsonaro não esconde seu desejo de trucidar o Estado de Direito, eliminar adversários e emparedar as liberdades.

Terá que enfrentar as mulheres. No passado, o Movimento Feminino pela Anistia e o Movimento contra a Carestia mostraram o papel decisivo das mulheres na luta contra a opressão. Hoje, nas ruas, temos um novo capítulo.

Eleonora de Lucena é jornalista, ex-editora-executiva da Folha (2000-2010) e criadora do serviço jornalístico TUTAMÉIA.

Quem tem apreço pela democracia precisa defender as vozes das jornalistas, escrevem diretoras da Abraji

Alvos prioritários de ofensas de cunho machista e misógino são profissionais que se destacaram por revelar aspectos nebulosos sobre a vida política da família Bolsonaro

[\(Folha de S.Paulo, 08/03/2020 - acesse no site de origem\)](#)

No rol de estratégias utilizadas para minar instituições democráticas, atacar a imprensa livre é uma velha conhecida. Uma face perversa dessa prática vem se manifestando de forma mais recorrente no Brasil, com apoio e participação direta do presidente Jair Bolsonaro e de seus filhos: [ofensas de cunho machista e misógino](#), com o claro intuito de ferir a credibilidade e intimidar jornalistas mulheres.

Os alvos prioritários são profissionais que se destacaram por investigar e revelar aspectos nebulosos sobre a vida política da família Bolsonaro. É o caso de Constança Rezende, Míriam Leitão, Juliana Dal Piva, Marina Dias, Patrícia Campos Mello e Vera Magalhães. São comuns xingamentos de “vadia”, “prostituta” e insinuações de que mulheres jornalistas venderiam seu corpo por notícia.

Os ataques mais abjetos foram dirigidos [contra Patrícia Campos Mello, da Folha de S.Paulo](#), em fevereiro.

Uma enxurrada de imagens e termos de baixo calão se espalhou pelas redes sociais depois que o deputado federal Eduardo Bolsonaro propagou a versão de uma [testemunha da CPMI das Fake News](#), de que a jornalista teria oferecido sexo em troca de informações.

As grosserias foram repetidas pelo presidente, mesmo depois de a jornalista apresentar provas de que a testemunha mentira. Na verdade, as mensagens trocadas com a fonte revelam o contrário: a repórter é quem foi assediada.

Análise das postagens no Twitter durante esse episódio evidencia o foco dos ataques em jornalistas mulheres: os perfis que mais receberam respostas foram os de Patrícia Campos Mello, Vera Magalhães, Míriam Leitão, Andréia Sadi e Mônica Waldvogel.

Casos assim se acumulam desde o início do governo Bolsonaro. Em março de 2019, o presidente e seus apoiadores difundiram nas redes sociais declarações distorcidas da repórter Constança Rezende, então no Estado de S. Paulo. Informações falsas também foram utilizadas para desabonar Míriam Leitão. Jair Bolsonaro mentiu ao afirmar que a jornalista e colunista de O Globo integrara a luta armada contra a ditadura militar e que nunca havia sofrido tortura.

Pesquisa lançada em 2018 pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), em parceria com a Gênero e Número, revelou que 84% das jornalistas já sofreram alguma situação de violência psicológica no trabalho, incluindo insultos presenciais ou pela internet, humilhação em público, abuso de poder ou autoridade, intimidação verbal, escrita ou física e

ameaças pela internet. Além disso, 70% delas já se sentiram desconfortáveis após abordagens de homens no trabalho.

Esse ambiente hostil se exacerba quando o ocupante da Presidência da República se soma aos que atacam as jornalistas. Não são apenas elas que perdem. Ecoar o machismo e a misoginia aumenta o risco para todas as mulheres brasileiras. Desgastar a liberdade de imprensa desafia o nosso já puído tecido democrático.

Aqueles que têm apreço pela democracia precisam defender as vozes das mulheres jornalistas e se opor às tentativas de intimidá-las. Caladas, jamais serão.

Amanda Rossi, Cristina Zahar, Katia Brembatti, Maiá Menezes, Natalia Mazzote e Thays Lavor são diretoras da Abraji.

Depoimento: No Brasil, ser mulher nos transforma em alvo de ataques, por Patrícia Campos Mello

Tem gente que vê graça em linchamento misógino; o que achariam se a piada fosse com a filha deles?

[\(Folha de S.Paulo, 08/03/2020 - acesse no site de origem\)](#)

Como diz o clichê, uma imagem vale mais do que mil palavras.

Quanto valerá uma foto em que uma mulher aparece pelada, de pernas abertas, em cima de uma pilha de notas de dólares, chamada de piranha? E uma em que o rosto dessa mesma mulher aparece com a legenda: “Folha da Puta — tudo por um furo, você quer o meu? Patrícia, Prostituta da **Folha de**

S.Paulo — troco sexo por informações sobre Bolsonaro”? E outra em que essa mulher —sempre a mesma— aparece com a frase: “Ofereço o cuzinho em troca de informação sobre o governo Bozo”?

Peço desculpas pelas palavras grosseiras, mas estou apenas descrevendo alguns dos [incontáveis memes que eu recebo todos os dias](#), que são compartilhados por milhares de pessoas pelo WhatsApp, Facebook, Twitter e Instagram. É o meu rosto e o meu nome que estão nesses memes.

Tem gente que acha isso engraçado. Como disse um blogueiro governista, isso não é um ataque a jornalistas, é apenas uma maneira de tirar sarro, “que falta de senso de humor”. Um humorista que imita o presidente Jair Bolsonaro também se matou de rir e ainda debochou das reações, imitando choradeira.

Será que esse pessoal acharia graça se essa “piada” fosse com a irmã, a mulher ou a filha deles?

Este linchamento virtual começou depois que Hans River do Rio Nascimento, ex-funcionário da agência de marketing Yacows, [fez um depoimento à CPMI das Fake News](#).

Hans foi entrevistado para a reportagem [“Fraude com CPF viabilizou disparo de mensagens de WhatsApp na eleição”](#), publicada pela **Folha** em 2 de dezembro de 2018 e escrita pelo repórter Artur Rodrigues e por mim. A reportagem, baseada em documentos públicos da Justiça do Trabalho, fotos, planilha e em relatos de Hans mostrou que uma rede de empresas, entre elas a Yacows, recorreu ao uso fraudulento de nome e CPFs de idosos para registrar chips de celular e garantir o disparo de lotes de mensagens em benefício de políticos.

Em seu depoimento à CPMI, [Hans contou diversas mentiras](#), entre elas a de que eu teria tentado obter informação “a troco de sexo”.

Algumas horas após o depoimento, publicamos reportagem que, com provas concretas, desmentiu Hans de forma cabal. As entrevistas com ele haviam sido gravadas, com a sua permissão; as fotos e a planilha que ele mandou tinham sido salvas, assim como todas as trocas de mensagem.

Essas provas revelavam que o depoente havia mentido à CPMI em diversos pontos. Tudo isso foi anexado ao processo que estou movendo contra ele.

Nada disso importou. O deputado Eduardo Bolsonaro, filho do presidente da República, [tratou de espalhar as calúnias rapidamente](#).

Fez vídeo ecoando a mentira e distribuiu em suas redes sociais. Reproduziu as ofensas de Hans em diversos comentários em sua conta do Twitter, que tem 1,8 milhão de seguidores. Fez questão de subir na tribuna da Câmara dos Deputados e dizer, enquanto era filmado: “Eu não duvido que a senhora Patrícia Campos Mello, jornalista da **Folha**, possa ter se insinuado sexualmente, como disse o senhor Hans, em troca de informações para tentar prejudicar a campanha do presidente Jair Bolsonaro”.

Sete dias depois, quando ainda mais provas haviam sido publicadas, demonstrando as mentiras da testemunha, o presidente Bolsonaro levantou o assunto, sem nem sequer ser indagado, em uma das coletivas improvisadas que dá na frente do Palácio da Alvorada.

“Ela [repórter] queria um furo. [Ela queria dar o furo \[risos dele e de apoiadores\]](#)”, afirmou, diante de um grupo de simpatizantes. Após uma pausa durante os risos, Bolsonaro concluiu a frase: “A qualquer preço contra mim”.

Além dos inúmeros memes de cunho pornográfico, recebi mensagens agressivas.

“Você tava querendo dar a buceta para ver o notebook do cara kkkkkkk então você chupa piroca por fontes?”, dizia um usuário do Facebook chamado Bruno Pires, que, segundo sua conta na rede social, estudou direito na Universidade de Rio Verde.

“Putá do caralho, por que você não libera seus comentários? Quem tem cu, tem medo”, disse um Luciano Marrtins, de Santo André, em mensagem enviada por Facebook.

[*Por Patrícia Campos Mello*](#)

Marcas ainda precisam ouvir e respeitar mais as mulheres, diz pesquisa

Pesquisa apontou que 61% dos brasileiros acham que marcas precisam ouvir e respeitar mais as mulheres. Enquanto isso, 54% querem ver mulheres em situações do dia a dia nas propagandas. Setores que mais promovem igualdade são moda e beleza, disseram pesquisados

[\(Universa/UOL, 03/03/2020 - acesse no site de origem\)](#)

61% dos brasileiros acreditam que as grandes marcas precisam ouvir mais as opiniões das mulheres, e tratá-las com mais respeito. Este foi o resultado de uma pesquisa conduzida pela Kantar no final do ano passado, ouvindo mais de 2.000 pessoas de todos os gêneros.

Enquanto isso, 54% dos pesquisados acreditam que falta mostrar mulheres em situações do dia a dia na publicidade. 46% reivindicaram mais diversidade dentro da representação feminina, e 43% apontaram que mulheres precisam participar mais da idealização das propagandas.

Em todas as perguntas feitas pela pesquisa, no entanto, as próprias mulheres deram mais respostas positivas do que os homens. Por exemplo: 67% das mulheres disseram que a opinião feminina precisa ser mais ouvida pelas marcas, enquanto “só” 57% dos homens responderam o mesmo.

A maior diferença registrada foi na pergunta sobre a retratação das mulheres em situações do dia a dia em propagandas. 62% das mulheres reivindicaram esta melhoria, enquanto 48% dos homens acharam que ela era necessária.

A pesquisa também perguntou qual área do mercado promove mais a igualdade entre homens e mulheres. Os setores mais citados foram o da

moda (64%) e da beleza (61%), seguidos pelo setor de alimentos (58%), o bancário (56%) e o de tecnologia (56%).

Áreas como a indústria automobilística (citada por 45% dos entrevistados) e da produção de cervejas (43%) tiveram pontuações mais baixas.

Nunca um presidente foi tão vulgar com uma mulher. Espere o efeito bumerangue, por Carla Jiménez

O ataque de Bolsonaro à repórter Patrícia Campos Mello vai ajudá-lo a definhar a partir de agora num Brasil onde 52% do eleitorado é feminino e que não vai mais voltar atrás em sua luta pelas mulheres

[\(El País Brasil, 18/02/2020 - acesse no site de origem\)](#)

Os [covardes machistas](#) podem fingir que não são covardes machistas, mas em algum momento eles se revelam. E não há momento mais oportuno para os atores públicos do Brasil mostrarem que não o são, longe de serem coniventes com a baixaria empreendida pelo presidente [Jair Bolsonaro](#) contra [a repórter Patrícia Campos Mello, da Folha de S.Paulo](#), na manhã desta terça-feira.

Num país em que 52% do eleitorado é feminino, deputados e senadores deveriam ficar alertas. Eles têm a grande oportunidade de mostrar que não vão deixar a vulgaridade assumir o Brasil, rasgando todo e qualquer senso de decência do Estado em relação a uma mulher, deixando que se [propague uma mentira orquestrada dentro do Congresso](#). Deixem de lado o fato de Patrícia ser jornalista. Ela é mulher. Poderia ser uma economista, uma copeira, uma

faxineira, uma jogadora de futebol. Ela foi exposta com insinuações sexuais por um presidente, como nunca o Brasil viu. Ele não está na mesa de bar com amigos, [está na frente das televisões](#) dizendo que Patrícia queria “dar um furo a qualquer preço”, sugerindo sexo em troca de informação, o que é o mesmo que chamar uma mulher de prostituta. Só uma cabeça pervertida pode se sentir tão à vontade para dizê-lo em alto e bom som.

Leia também:

[*Continue, Bolsonaro! ou O porta-bandeira do insulto, por Ruth de Aquino \(Blogs/Globo.com, 20/02/2020\)*](#)

[*Não há opção ou É impossível não reportar o espetáculo grotesco a que somos expostos, por Mariliz Pereira Jorge \(Coluna/Folha.com, 20/02/2020\)*](#)

[*Apresentadoras e comentaristas criticam ataque de Bolsonaro a repórter da Folha \(Folha de S.Paulo, 19/02/2020\)*](#)

[*Ataque de Bolsonaro a repórter é ‘tentativa de calar mulheres e prejudicar imprensa’, diz International Women’s Media Foundation \(BBC News Brasil, 18/02/2020 \)*](#)

[*É mais que baixaria: Bolsonaro quebra o decoro ao atacar jornalista com ofensa sexual, por Isabel Fleck \(HuffPost Brasil, 18/02/2020\)*](#)

[*A Presidência desonrada, por Míriam Leitão \(Blog/O Globo, 19/02/2020\)*](#)

[*Quebra de decoro, por Vera Magalhães \(O Estado de S.Paulo, 19/02/2020\)*](#)

[*Eduardo Bolsonaro defende insulto do pai e manda deputadas ‘rasparem o sovaco’ \(Folha de S.Paulo, 18/02/2020\)*](#)

Nunca na democracia um chefe de Estado havia caído tão baixo apelando à vulgaridade para falsear a realidade. Quiçá no mundo. [Nem Donald Trump chegou a tanto](#). O Congresso tem as provas à mão para admitir que Hans River do Rio Nascimento mentiu na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI). Parte dessas mentiras a insinuação asquerosa de Bolsonaro, pai de uma filha de 9 anos, que Patrícia faltou com a ética para ter uma informação. De qual referência parte Bolsonaro? Todo mundo sabia do que ele era capaz, desde que ele xingou uma repórter em abril de 2014. Mas [editou a si próprio para fazer sua campanha e venceu](#). Legitimamente.

Desde então, empreende uma guerra grosseira, agressiva e mentirosa contra a realidade para esquivar-se de suas próprias *capivaras*. [A morte de Adriano](#)

[da Nóbrega](#), que convenientemente morreu nas mãos da polícia da Bahia, governada pelo Partido dos Trabalhadores, foi um presente no colo de Bolsonaro que agora se tornou o maior defensor de presos assassinos, embora repetisse sempre que “direitos humanos era para humanos direitos”, e seja um dos que faz coro ao jargão “bandido bom é bandido morto”. De onde vem essa mudança?

Os homens públicos deste país, empresários e agentes da Justiça vão deixar que o que já se construiu em termos de sociedade vá para o ralo? Em nome de quê? Senhores deputados e senadores, vocês podem ter um papel tremendamente decisivo neste início de 2020. Pelas suas filhas, pelas suas mães, pelas suas eleitoras, pelas suas irmãs. Não desprezem [a construção que mulheres têm feito até aqui](#) por um país mais decente e menos violento. A violência das palavras de um chefe de Estado reverbera em todas as esquinas e rincões do Brasil. [Já se matam uma mulher a cada duas horas aqui](#), um estupro acontece a cada 11 minutos. Tenham decência, coragem, de estancar esta sangria desatada que abriu as portas para uma perversidade gratuita. Vocês foram eleitos para que o Brasil fosse um país melhor, mais próspero, mais respeitado, mais ético. Não há melhora onde uma mentira é naturalizada na Casa em que vocês representam cada brasileira. Não há prosperidade num país onde se quer estabelecer o medo como forma de governo. Não há respeito por um país que fecha os olhos e silencia diante dos disparates que estamos assistindo. Isso também é corrupção. Corromper seu papel público em nome do poder.

Bolsonaro se cercou de ministros sem filtro, como [Paulo Guedes](#) ou [Abraham Weintraub](#), e nos vemos agora tentando medir quais declarações foram mais ou menos canalhas que outras. O primeiro ano já havia sido execrável e neste 2020 ele dobrou a aposta. Brasil perverso. Estamos perto do [dia 8 de março](#). Isso vai ter impacto. Foi assim que começaram grandes manifestações femininas pelo mundo. O presidente está dando farto material para as campanhas de seus adversários e dos inúmeros inimigos que está fazendo. Sabendo-se que é incorrigível e que está cego pelo poder, vai tropeçar em suas próprias palavras.

Carla Jiménez é jornalista e diretora do *El País Brasil*.

Intervozes apresenta ao MPF denúncia sobre exploração de caso de feminicídio no Cidade Alerta

Intervozes entra com representação no MPF contra o policiaisco da TV Record por violações aos direitos humanos e normas da radiodifusão

[\(Carta Capital, 18/02/2020 - acesse o artigo original Cidade Alerta: Quando a barbaridade toma conta da televisão brasileira, por Maria Mello\)](#)

O desrespeito às leis brasileiras e aos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário pelos programas policiaiscos parece não ter limites. Nessa segunda-feira 17, mais um caso de violação dos direitos humanos e das normas que regem a radiodifusão no Brasil chamou a atenção e causou indignação nos telespectadores e internautas. Enquanto entrevistava ao vivo Andreia, mãe da jovem Marcela que estava desaparecida desde o dia 8 deste mês, o apresentador Luiz Bacci, do programa Cidade Alerta (TV Record), comunicou que a filha havia sido assassinada pelo namorado em um crime de feminicídio. Isso pouco depois da mãe declarar ter esperanças de encontrar a filha viva.

A reação de Andreia, que chegou a desmaiar ao saber do ocorrido, foi transmitida pela emissora por cerca de 20 segundos. A transmissão só foi interrompida quando a mãe da vítima acordou do desmaio e começou a gritar. O “Caso Marcela”, sobre o desaparecimento da jovem grávida, vinha sendo explorado pelo programa desde a terça-feira 11. O episódio ocorrido na segunda-feira 17 foi a quarta abordagem do caso no Cidade Alerta. A repercussão negativa entre a audiência das opções tomadas pela produção e direção do Cidade Alerta levaram, ademais, a TV Record a excluir a referida

cena da plataforma digital que arquiva sua programação, mais uma indicação do caráter violador da situação.

Representação no MPF

Nesta terça-feira 18, o Intervozes apresentou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC - MPF) um requerimento solicitando providências legais para a responsabilização da TV Record por desrespeito e inadequação da emissora às normas vigentes para a radiodifusão brasileira e os direitos humanos, em âmbito nacional e internacional, durante a referida transmissão do programa Cidade Alerta. A peça está disponível para leitura aqui.

O requerimento ressalta que a TV Record, concessionária de um serviço público, fere a Constituição Federal em relação ao direito à privacidade, à imagem e à intimidade dos indivíduos, bem como os valores éticos e sociais da pessoa e da família. Lembra, também, que a Carta Magna veda a veiculação de conteúdos que violem os direitos humanos e façam apologia à violência. “No capítulo V, sobre a Comunicação Social, a Constituição afirma que as liberdades de expressão e de informação devem respeitar outros direitos fundamentais previstos na legislação em vigor”, destaca a peça.

Além disso, o documento aponta a previsão de responsabilização contida no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos da ONU em relação a abusos no exercício da liberdade de expressão. “Significa dizer, em síntese, que a liberdade de expressão deverá ser protegida sempre, mas poderá ser restringida e sancionada quando incorrer em abuso que cause uma violação a um outro direito humano”, pontua.

A representação evoca, ainda, o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), que determina que “os serviços de informação, divertimento, propaganda e publicidade das empresas de radiodifusão estão subordinados às finalidades educativas e culturais inerentes à radiodifusão, visando aos superiores interesses do País” e que “a liberdade de radiodifusão não exclui a punição dos que praticarem abusos no seu exercício”.

Cita também o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, que incluiu entre as obrigações de concessionárias e permissionárias a de “não transmitir

programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico”.

“O episódio aqui relatado vai, portanto, na contramão dos dispositivos que regulam a radiodifusão no Brasil e dos padrões internacionais que buscam assegurar a efetivação de tais direitos. Cabe destacar que o padrão de produção de conteúdo praticado pelos programas policiaiscos, especificamente o Cidade Alerta, atenta não só contra os diretamente envolvidos no ‘Caso Marcela’, mas a todos direta ou indiretamente impactados pela transmissão do programa”, finaliza o documento.

Mídia sem violações

Em 2015, o Intervezes lançou a campanha “Mídia sem violações” com o objetivo de receber denúncias de casos de violação de direitos na rádio e televisão brasileiras. À época, o programa Cidade Alerta já era campeão em violações e ocupava o primeiro lugar no Ranking de Violações de Direitos Humanos na TV Aberta.

A campanha surgiu como desdobramento do projeto Violações de Direitos na Mídia Brasileira, realizado pela Andi, em parceria com a PFDC, o Intervezes e a Artigo 19. O projeto acompanhou 28 programas policiaiscos durante 30 dias, em 10 estados brasileiros, totalizando cerca de duas mil narrativas com violações de direitos.

O estudo constatou mais de 4.500 violações de direitos de, pelo menos, 12 leis brasileiras e 7 tratados multilaterais. Ao todo, foram encontradas 8.232 infrações às leis brasileiras, 7.529 infrações a acordos internacionais e 1.962 desrespeitos a normas autorregulatórias nas matérias apresentadas.

Maria Mello é jornalista e coordenadora executiva do Intervezes.

É preciso parar o ataque de ódio bolsonarista às mulheres, por Giulliana Bianconi

Hoje, no país, talvez o maior desafio para avançarmos no enfrentamento à violência contra a mulher esteja no discurso do núcleo duro do bolsonarismo, onde a figura da mulher que não se submete ao “poder fálico”, como a da jornalista Patrícia Campos Mello, é frontalmente atacada

<https://coluna.globo.com/16/02/2020> - acesse no site de origem)

O discurso de ódio direcionado à jornalista Patrícia Campos Mello nesta semana pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL), em sua conta no Twitter, ao validar uma declaração vulgar e falsa do depoente da CPI das Fake News Hans River do Rio Nascimento, é uma violência de gênero, antes de tudo. “Eu não duvido que a senhora Patrícia Campos Mello, jornalista da Folha, possa ter se insinuado sexualmente, como disse o senhor Hans, em troca de informações para tentar prejudicar a campanha do presidente Jair Bolsonaro”, escreveu Eduardo Bolsonaro.

A violência contra a mulher é qualquer ato ou conduta baseada no gênero que leve à morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico, tanto na esfera pública como na esfera privada. A partir dessa definição, adotada desde os anos 90 na internacional

Convenção de Belém de Pará, os Estados democráticos têm encaminhado suas políticas de enfrentamento à violência contra a mulher, incluído aí o Brasil, que massificou o debate e as políticas nesse sentido nos últimos vinte anos. Os desafios para a redução dos números de feminicídio, estupro e violência psicológica, entre outros crimes, são muitos.

Mas hoje, no país, talvez o maior desafio para avançarmos nesse cenário esteja no discurso do núcleo duro do bolsonarismo, onde a figura da mulher que não se submete ao “poder fálico”, como a de Patrícia Campos Mello, é frontalmente atacada.

Desde que produziu reportagens sobre as estratégias escusas da campanha bolsonarista nas eleições de 2018, Campos Mello é atacada pelos Bolsonaros e seus seguidores, num caso que já repercutiu internacionalmente pelo grau de violência que alcançou. Nesta semana, mais um episódio foi incorporado a essa narrativa de ódio, liderada pelo 03, Eduardo.

Na minha função de diretora de uma organização que jornalismo de dados, acompanho diariamente discursos públicos de parlamentares, e mesmo já ciente dos absurdos que são capazes de proferir, ainda li com espanto a mensagem do deputado nesta semana, ao mesmo tempo em que me perguntava, mais uma vez, como as instituições democráticas podem agir para que esse tipo de violência contra a mulher, e contra jornalistas no exercício da sua função, seja rechaçada e punida.

Para os cidadãos entusiasmados com o bolsonarismo ou aqueles que carregam a bandeira anti-esquerda, eu preciso alertar que isso não é sobre “direita” ou “esquerda”. Isso é sobre caráter, para início de conversa. Aliás, sobre a absoluta falta de caráter. Opinar sobre algo é um direito de qualquer parlamentar, mas desqualificar o trabalho de uma jornalista nesses termos é um convite ao ataque massivo a ela nas redes sociais, nos mesmos termos vulgares.

E o deputado, conhecedor da dinâmica das redes, sabe bem disso. Não seria exagero, portanto, dizer que o que Eduardo Bolsonaro fez foi também incitação à violência de gênero.

Diante do ocorrido, também foi importante constatar o sepulcral silêncio que reinou no seu partido, o PSL. Ninguém disposto a chamar a atenção ao escandaloso comportamento do “filho do chefe”. Enquanto isso, organizações da sociedade civil, de direitos humanos, organizações feministas e de mídia se levantaram, produziram documentos de apoio à jornalista.

Sem dúvida, algo que precisava ser feito, mas ainda pouco efetivo para o tamanho do problema que está posto. Parlamentares violentos e irresponsáveis como Eduardo Bolsonaro precisam responder publicamente, à Justiça e ao Congresso, por violências como essa - que podem escalar e se tornarem ameaças reais à integridade física e psicológica - ou iremos aceitar

a banalização total dos ataques de ódio a mulheres.

Giulliana Bianconi é diretora da Gênero e Número.

Nota de repúdio e solidariedade: Ataque inverídico e machista à jornalista Patrícia Campos Mello é uma violência à liberdade de imprensa, às mulheres e à democracia

Organizações de mulheres e de defesa da liberdade de expressão e imprensa e dos direitos humanos reforçam apoio à jornalista Patrícia Campos Mello e exigem resposta do Congresso Federal perante o ataque discriminatório realizado em um espaço institucional da Casa - exatamente em uma CPMI instaurada para apurar notícias falsas usadas com fins eleitorais

As organizações abaixo assinadas se somam aos diversos setores da sociedade que repudiam veementemente o ataque realizado à jornalista Patrícia Campos Mello, da *Folha de S.Paulo*, e manifestam apoio à profissional.

Nesta terça-feira (11/02), o país acompanhou com perplexidade um depoimento de ex-funcionário de uma empresa de disparos de mensagens de WhatsApp, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre as “Fake News”, notícias falsas e campanhas de desinformação usadas com fins eleitorais. Ao depor, o ex-funcionário mobilizou ataques machistas e inverídicos contra a repórter para alterar seu depoimento anterior feito ao jornal *Folha de S.Paulo*. Mais grave ainda é que parlamentares, como o deputado Eduardo Bolsonaro, tenham feito eco às afirmações discriminatórias dentro do espaço institucional do Congresso Nacional. Essas afirmações não só violam os direitos individuais da jornalista, mas atacam a liberdade de imprensa e o direito de mulheres exercerem sua profissão em um ambiente seguro e livre de discriminações.

Reforçamos que o Congresso Nacional - ou qualquer poder e representante público - não pode ser conivente com ações que buscam silenciar a imprensa e que recorrem sistematicamente a estereótipos discriminatórios de gênero para atacar mulheres jornalistas, cujo desempenho profissional tem sido essencial para o país neste momento crítico da nossa história. O Congresso Nacional é também responsável perante a comunidade internacional pelos tratados de direitos humanos que ratificou e que proíbem qualquer forma de discriminação.

Nesse sentido, além de chamar atenção para a

gravidade do episódio, manifestamos todo nosso apoio e solidariedade à jornalista Patrícia Campos Mello e reforçamos que a sequência de ataques destinados a ela só reforça a importância do seu trabalho. Exigimos, portanto, a imediata apuração do ocorrido e a devida responsabilização dos envolvidos.

Lembramos que os Estados têm a obrigação de prevenir, proteger e processar ataques contra jornalistas e defensores dos direitos humanos e também que essa obrigação inclui a garantia de um ambiente seguro, em todos os espaços, para mulheres comunicadoras e a desconstrução de estereótipos discriminatórios que perpetuam a violência contra as mulheres nos mais diversos ambientes, incluindo o profissional e o institucional. Seja por ação direta ou omissão, a naturalização desses ataques coloca comunicadores em risco, deteriora o ambiente para o exercício da profissão e prejudica a circulação de diferentes informações e opiniões e a capacidade da mídia de exercer seu papel fiscalizador do poder público.

ASSINAM ESTA NOTA DE REPÚDIO E SOLIDARIEDADE:

Ação Educativa

Agora É Que São Elas

ARTIGO 19

Associação Mulheres pela Paz

AzMina

Católicas pelo Direito de Decidir

Cepia - Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação

Cfemea - Centro Feminista de Estudos e Assessoria

Ciranda Comunicação Compartilhada
CLADEM/Brasil - Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher
Coletivo Feminino Plural
Comitê para a Proteção dos Jornalistas (Committee to Protect Journalists)
Compas - Associação Internacional de Comunicação Compartilhada
Comunicadora de Gênero no Rádio
Conectas Direitos Humanos
Consórcio Lei Maria da Penha pelo Enfrentamento a Todas as Formas de Violência de Gênero contra as Mulheres
Criola
Evangélicas Pela Igualdade de Gênero
Frente de Mulheres de Movimentos do Cariri/CE
Fórum Brasileiro de Segurança Pública
Geledés - Instituto da Mulher Negra
Gênero e Número
Grupo Mulheres do Brasil - Comitê de Combate à Violência Contra a Mulher
Human Rights Watch Brasil
Instituto Patrícia Galvão - Mídia e Direitos
Instituto Rede Mulher Empreendedora
Instituto Vladimir Herzog
InternetLab - Pesquisa em Direito e Tecnologia
Intervezes - Coletivo Brasil de Comunicação Social
Jornalistas Contra o Assédio
Marcha Mundial das Mulheres
MMNSP - Marcha de Mulheres Negras de São Paulo
Movimento de Mulheres Camponesas - MMC Brasil
Nós, Mulheres da Periferia
Observatório da Mulher
Rede de Mulheres em Comunicação
Rede Mulher e Mídia
Rede Mulheres Amarc/Brasil
Redeh - Rede de Desenvolvimento Humano
Rede Médica pelo Direito de Decidir
Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos

Repórteres Sem Fronteira
SOF - Sempre Viva Organização Feminista
SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia
TamoJuntas
Themis - Gênero, Justiça e Direitos Humanos
Think Olga
UBM - União Brasileira de Mulheres
União de Mulheres de São Paulo
Vote Nelas

Atenção: Organizações de mulheres e de defesa da liberdade de expressão e imprensa e dos direitos humanos que queiram aderir devem mandar mensagem para contato@patriciagalvao.org.br ou comunicacao@artigo19.org.

ONU pede justiça ao Governo por homicídios de mulheres no México

O chefe de Estado condenou o machismo enraizado na sociedade mexicana e prometeu “garantir a segurança das mulheres”

[\(Notícias ao Minuto Brasil, 14/02/2020 - acesse no site de oritem\)](#)

As agências da Organização das Nações Unidas (ONU) representadas no México pediram hoje justiça ao Governo e contenção aos órgãos de comunicação social na sequência do homicídio de uma mulher, cujas fotografias do crime foram difundidas por vários veículos.

De acordo com um comunicado assinado pelas várias agências das Nações

Unidas no México, citado pela agência espanhola Efe, é pedido às autoridades daquele país que investiguem, numa perspectiva dos direitos humanos e de gênero, o feminicídio de Ingrid Escamilla, no último fim de semana, que foi esartejada pela pessoa com quem mantinha uma relação, na Cidade do México (capital do país).

A ONU pede também o Governo a inquirir os órgãos de comunicação social mexicanos sobre a difusão de imagens do crime.

As Nações Unidas sublinharam que os veículos não deveriam divulgar conteúdos que possam apelar para a violência contra as mulheres, como, por exemplo, imagens explícitas dos corpos violentados, títulos de notícias que sugerem que a violência que as vítimas sofrem é culpa delas ou textos que justifiquem ou diminuam os atos criminosos.

“A difusão cotidiana de informação sem perspectiva de direitos humanos e de gênero contribui para a perpetuação dos estereótipos de gênero e para a normalização e justificação das diversas formas de violência que são exercidas contra milhões de mulheres, moças e adolescentes no México”, argumenta a ONU.

Segundo o Secretariado Executivo do Sistema Nacional de Segurança Pública do México, 10 mulheres são mortas por dia naquele país.

O homicídio de Escamilla provocou contestação nacional devido à violência do crime, uma vez que o companheiro da vítima esartejou a mulher em frente ao filho e porque as imagens do crime foram difundidas em vários diários nacionais e meios eletrônicos.

A Secretaria de Governo do México emitiu uma declaração na qual pediu aos diferentes órgãos de comunicação social que evitassem a difusão de conteúdos como este.

A decisão foi saudada pela ONU, que reiterou que “há um enquadramento jurídico nacional e internacional que obriga o Estado mexicano a elaborar estratégias para eliminar os estereótipos discriminatórios contra as mulheres nos meios de comunicação social”.

Vários ativistas convocaram hoje uma manifestação em frente ao Palácio Nacional, reivindicando ao Presidente do México, Andrés Manuel López Obrador, a tomada de medidas contra a discriminação de gênero.

O chefe de Estado condenou o machismo enraizado na sociedade mexicana e prometeu “garantir a segurança das mulheres”.

Leia também: [Martha Robles: 'Não temos sequer o direito de estarmos vivos. Ao menos não no México' \(HuffPost Brasil, 16/02/2020\)](#)